

Fim de Século

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

Professor Titular da Unicamp

Introdução - Para tratar das transformações econômicas e sociais que vêm assolando a humanidade neste último quartel de século, resolvemos fazer uma revisão crítica das poucas idéias que até aqui sustentamos sobre o assunto. Não é preciso dizer que, diante da complexidade do tema as tais idéias, além de escassas, revelaram-se mesquinhas. Aqueles que, por acaso, já tenham tido a desventura de ler meus artigos anteriores haverão de notar que, no essencial, reafirmo meus argumentos centrais acerca da natureza do chamado processo de globalização. A diferença entre este texto e os anteriores está na tentativa de colocar estas hipóteses numa perspectiva mais ampla, à luz do que passei a chamar, inspirado em Elmar Altvater, de “etapas de reestruturação capitalista”. Estes seriam os períodos de subversão e reorganização das relações entre a lógica econômica do capitalismo e as aspirações dos cidadãos à autonomia diante das esferas do poder e do dinheiro e a uma vida boa e decente. Alguém poderia sugerir - e não estaria errado - se dissesse que, nestes momentos de reestruturação, a luta política vai escolher as normas e os valores que, afinal, vão presidir os nossos destinos coletivos e individuais. Como já sugeri o prof. Cardoso de Mello, a Ilustração nos legou uma modernidade que avança de forma contraditória, impulsionada pela tensão permanente entre as forças e valores da concorrência capitalista e os anseios de realização da autonomia de um indivíduo integrado responsabilmente na sociedade. Do ponto de vista ético, este conflito desenvolve-se entre a dimensão utilitarista da sociabilidade, forjada na indiferença do valor de troca e do dinheiro e os projetos de progresso social que postulam a autonomia do indivíduo, ou seja, reivindicam o direito à singularidade e diferença, ao mesmo tempo em que afirmam o que Robert Bellah chamou de pertinência cívica.

Toneladas de tinta foram e continuam sendo derramadas sobre outras tantas de papel para falar sobre a tal de globalização, sobre a maior integração das economias, sobre os incontroláveis processos de automação e de informatização, sobre a terceirização e a redução do número de assalariados, sobre

o fim do trabalho, sobre o poder disciplinador dos mercados financeiros.

Todas essas tendências são apresentadas freqüentemente de forma exagerada e não raro apologéticas. Assim o inevitável torna-se também bom e desejável.

A repetição deste mote parece tão sinistra quanto o choro das carpidas, pelo menos para a grande maioria dos pretendentes a ingressar no clube dos ricos ou das sociedades desenvolvidas. Os acontecimentos recentes mostram, que, apesar da retórica triunfalista, o acesso ao almejado título de sócio do clube dos desenvolvidos torna-se cada vez mais restrito. Por outro lado, mesmo nos países adiantados, cresce o número de cidadãos e cidadãs que não concordam com a mão única que pretendem impor às suas vidas. A sensação entre as classes não proprietárias é de que, de uns tempos a esta parte, aumentou a insegurança. Além do desemprego crônico e endêmico, os que continuam empregados assistem ao encolhimento das oportunidades de um emprego estável e bem remunerado. Não bastasse isso, estão sob constante ameaça de definhamento as instituições do Estado do Bem-Estar, que ao longo das últimas décadas vinham assegurando, nos países desenvolvidos, direitos sociais e econômicos aos grupos mais frágeis da sociedade. Tal sensação de insegurança é o resultado da invasão, em todas as esferas da vida, das normas da mercantilização e da concorrência, como critérios dominantes da integração e do reconhecimento social. Nos países em que os sistemas de proteção contra os freqüentes “acidentes” ou falhas do mercado são parciais ou estão em franca regressão, a insegurança assume formas ameaçadoras para o convívio social. A expansão da informalidade e da precarização das relações de trabalho - e a desagregação familiar que as acompanham - tendem a avançar para a criminalidade eventual e, depois, para o crime organizado. Os subsistemas sócio-econômicos que vivem da atividade criminosa ou ilegal passam a ocupar o espaço deixado pelo desaparecimento das oportunidades de vida antes oferecidas pela economia “oficial”.

O jornal **Le Monde Diplomatique**, em sua edição de julho, mostra como o encolhimento do Estado do Bem-Estar, nos Estados Unidos, promoveu o aparecimento de um Estado Prisional, que abriga uma fração substancial da força de trabalho americana. Os presos, em geral jovens negros ou chicanos, são excluídos da população economicamente ativa, deixando portanto de figurar nas cifras de desemprego.

Bem feitas as contas, as transformações econômicas e sociais que estamos presenciando, bem como as “teorias do progresso” que as acompanham, podem ser entendidas como produtos de uma nova tentativa de “reestruturação capitalista”, acompanhada, desta vez, de um revigoramento da ideologia do *laissez-faire*.

Crise e Reestruturação Capitalista nos anos 30 - A última reestruturação importante daquilo que, parodiando Schumpeter, poderíamos chamar de Ordem Capitalista, começou a se desenvolver a partir dos anos 30 e encontrou seu apogeu nas duas primeiras décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Esta reordenação foi uma resposta aos desastres provocados pelas “falhas” do mercado auto-regulado, agravadas pelo apego dos governos a políticas fiscais e monetárias conservadoras. Esta miopia liberal-conservadora suscitou violentas reações de autoproteção da sociedade assolada por desgraças como o desemprego em massa, o desamparo, a falência, a bancarrota. Tratava-se essencialmente de uma rebelião contra a exclusão dos circuitos mercantis, o que significava, para milhões de pessoas, a impossibilidade de acesso aos meios necessários à sobrevivência. Neste mesmo período, a economia mundial foi palco de rivalidades nacionais irreduzíveis, que se desenvolveram sem peias, na ausência de um núcleo hegemônico e de mecanismos de coordenação capazes de conter as desesperadas iniciativas para escapar dos efeitos das crises. Estas ações individuais, tomadas em defesa das economias nacionais ou de grupos sociais revelaram-se danosas para o conjunto. Este foi o caso, no plano internacional, das desvalorizações competitivas que acabaram provocando uma contração espetacular dos fluxos de comércio e suscitando tensões nos mercados financeiros. Tais forças negativas propagavam-se livremente, sem qualquer providência da parte dos governos, imobilizados pelo fetiche do padrão-ouro e do equilíbrio orçamentário. Assim, a economia global mergulhou numa espiral deflacionária que atingiu indistintamente os preços dos bens e dos ativos. A Grande Depressão e a experiência do Nazi-Facismo colocaram sob suspeita as pregações que exaltavam as virtudes do liberalismo econômico. Frações importantes das burguesias européia e americana tiveram que rever seu patrocínio incondicional ao ideário do livre-mercado e às políticas desastrosas de austeridade na gestão do orçamento e da moeda, diante da progressão da crise social e do desemprego. Não bastasse isso, assim que a coordenação do mercado deixou de funcionar, setores importantes das hostes

conservadoras, não só na Alemanha, aderiram aos movimentos fascistas e à estatização impiedosa das relações econômicas, como último recurso para escapar à devastação de sua riqueza.

Em sua essência, estas reações foram essencialmente políticas, no sentido de que envolveram a tentativa de submeter os processos supostamente impessoais e automáticos da economia ao controle consciente da sociedade.

Karl Polanyi, em sua obra a **Grande Transformação**, escrevendo sobre esse momento da História, mostrou como a revolta contra o despotismo do “econômico” revelou-se tão brutal quanto os males que a economia destravada vinha impondo à sociedade. Estudando o avanço do coletivismo, nesta quadra, Polanyi conclui que não se tratava de uma patologia ou de uma conspiração irracional de classes ou grupos, mas sim da emergência de forças gestadas nas entranhas do mercado destravado. Com o colapso dos mecanismos econômicos, a superpolitização das relações sociais tornou-se inevitável. O despotismo da mão invisível teria de ser substituído pela tirania visível do chefe. O político e a polícia começaram a invadir todas as esferas da vida social, como se fossem suspeitas quaisquer formas de espontaneidade.

As forças antifascistas, vitoriosas na Segunda Guerra, trataram de criar instituições para disciplinar e organizar o sistema econômico internacional. É impossível entender o sucesso da experiência do “período dourado” sem compreender as condições em que foi efetuada esta gigantesca reestruturação econômica e política do pós-guerra. Em primeiro lugar, a hegemonia americana foi exercida de forma benigna, não só por razões de política externa, mas também interna: as forças sociais que se aglutinaram sob a bandeira New Deal tinham uma visão cosmopolita e progressista a respeito do papel dos EUA. A filosofia moral e política que inspirou a reconstrução, ensejou, dentro dos marcos da Guerra Fria, o nascimento do Plano Marshall e as iniciativas de reestruturação da economia japonesa. Durante um bom tempo, sobretudo nos anos 50 e nos 60, nem mesmo a tensão permanente entre as duas superpotências, a competição entre o capitalismo e o socialismo, a rivalidade econômica cada vez maior entre a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão, os conflitos armados e os golpes militares que se sucederam na periferia do sistema, impediram uma maior liberdade das políticas nacionais de desenvolvimento, que fomentaram, diga-se, os processos de industrialização.

O pleno emprego foi colocado como uma meta a ser perseguida pelas políticas econômicas. Muitas constituições européias consagraram este princípio. Os Estados Unidos promulgaram uma lei. Tudo isso para evitar os males causados por dogmas e políticas tolas do liberalismo a qualquer preço.

No pós-guerra, o rápido crescimento das economias capitalistas esteve apoiado numa forte participação do Estado, destinada a impedir flutuações bruscas do nível de atividades e a garantir a segurança dos mais fracos diante das incertezas inerentes à lógica do mercado. Os sistemas financeiros, voltados para o financiamento do crescimento econômico e comandados por políticas monetárias acomodatórias, funcionavam como redutores de incertezas para o setor privado, que, por sua vez, sustentava elevadas taxas de investimento. Mas é preciso deixar claro que a chamada era keynesiana estava fundada sobretudo na articulação de interesses entre trabalhadores e capitalistas e na construção de instituições e de procedimentos políticos destinadas a reduzir a angústia de quem se propõe a assumir riscos e enfrentar os azares do mercado.

As políticas keynesianas tinham o propósito declarado de criar empregos e elevar, em termos reais, os salários e demais remunerações do trabalho. Não havia déficit público “estrutural”, salvo nos períodos de suave flutuação do nível de atividade, sendo logo tais desequilíbrios absorvidos pela retomada do crescimento. Isto porque o continuado aumento da renda e do emprego fazia crescer a receita dos governos. Os estoques de dívida pública acumulados durante a guerra caíram aceleradamente, como proporção do PIB, em quase todos os países. Os déficits crônicos e o crescimento das dívidas públicas só aparecem depois, no final dos anos sessenta e começo dos setenta, quando a economia perdeu ímpeto e as políticas keynesianas começaram a recuar. O rompimento do círculo virtuoso entre gasto público, investimento privado e emprego parece ter sido uma das conseqüências mais importantes e duradouras do declínio do chamado consenso keynesiano.

A Agonia do Consenso Keynesiano e a Política da Globalização

- Seria conveniente lembrar, por outro lado, que a rápida recuperação das principais economias européias e o espetacular crescimento do Japão foram causas importantes do progressivo desgaste das regras monetárias e cambiais acertadas em Bretton-Woods. A concorrência das renovadas economias industrializadas da Europa e do Japão e o fluxo continuado de

investimentos americanos diretos para o resto do Mundo determinaram, desde o final dos anos cinquenta, um enfraquecimento do dólar, que funcionava como moeda-central do sistema de taxas fixas de câmbio. A longa gestação do processo de globalização financeira foi, na verdade, o resultado das políticas que buscaram enfrentar a desarticulação do bem sucedido arranjo capitalista do pós-guerra. As decisões políticas tomadas pelo governo americano, ante à decomposição do sistema de Bretton-Woods, já no final dos anos sessenta, foram ampliando o espaço supranacional de circulação do capital monetário. O poder dos mercados financeiros desregulamentados tem como origem a recuperação do predomínio da alta finança na hierarquia de interesses que se digladiam no interior do Estado plutocrático americano.

É deste ponto de vista que devem ser analisadas as mudanças na política econômica americana entre os anos 70 e 80. O sistema bancário americano foi cúmplice da chamada negligência benigna até o momento em que o declínio da moeda americana permitia a sua participação nos ganhos de *seigniorage*. Isto era possível através da ampliação continuada do volume de crédito, denominado em dólares, numa velocidade maior do que a taxa de desvalorização da moeda. Isso acabou estimulando a primeira onda de expansão dos mercados financeiros internacionais, através do crédito bancário. Os símbolos desta era foram sem dúvida o crescimento espetacular do euromercado e das praças *off shore*.

As tentativas de assegurar a centralidade do dólar - depois da desvinculação do ouro em 1971 e da introdução das taxas de câmbio flutuantes em 1973 - determinaram o enfraquecimento da demanda da moeda americana para transações e como reserva e o surgimento de um instável e problemático sistema de paridades cambiais. O dólar, por sua vez, “flutuava” continuamente para baixo. Sendo assim, não era de espantar que o papel da moeda americana nas transações comerciais e financeiras começasse a declinar, assim como a sua participação na formação das reservas em divisas dos bancos centrais.

Não há dúvida de que o gesto americano de subir unilateralmente as taxas de juros em outubro de 1979 foi tomado com o propósito de resgatar a supremacia do dólar como moeda reserva. O fortalecimento do dólar tinha se transformado, então, numa questão vital para a manutenção da liderança dos sistemas financeiro e bancário americano, no âmbito da concorrência global.

Desde então, as políticas econômicas dos demais países, aí incluídos a Alemanha e o Japão, tiveram que se submeter crescentemente aos mandamentos do dólar forte. A América Latina endividada submergiu numa montanha de débitos impagáveis. A Europa e o Japão apoiaram fortemente seu crescimento nas exportações, diante da rápida ampliação do déficit comercial norte-americano.

A Força do Dólar e a Globalização Financeira - O Acordo do Plaza em 1985, que antecedeu à desvalorização ordenada da moeda americana, depois da escalada de apreciação do início dos anos 80, colocou de joelhos os japoneses. A Europa, de olho na unificação monetária, adotou diante das novas circunstâncias, políticas de austeridade, a chamada desinflação competitiva, cujo preço, como todos sabem, vem sendo alto em termos de baixo crescimento e elevadas taxas de desemprego.

O poder crescente de veto dos mercados financeiros, freqüentemente é usado por muitos governos como pretexto para que adotem uma posição passiva, de absoluta submissão à exigências da concorrência, da desregulamentação e da liberalização dos fluxos de comércio e de capitais.

Essa limitação crescente à ação dos Estados é, naturalmente, muito desigual. Os Estados Unidos, usufruindo de um poder militar e financeiro, dão-se ao luxo de impor a dominância de sua moeda, ao mesmo tempo em que mantêm um déficit elevado e persistente em conta corrente e uma posição devedora externa. Isto significa que os mercados financeiros estão dispostos a aceitar, pelo menos por enquanto, que os Estados Unidos exerçam, dentro de limites elásticos, o privilégio da *seigniorage*. Esta polarização da confiança se traduz em limitações à autonomia das políticas nacionais de outros países. A intensidade da restrição depende da forma e do grau da articulação das economias nacionais com os mercados financeiros sujeitos à instabilidade das expectativas. O Japão, por exemplo, é um país superavitário e credor e por isso teria, em princípio, mais liberdade para praticar o expansionismo fiscal e juros baixos, ou tolerar amplas flutuações no valor de sua moeda, sem atrair a desconfiança dos especuladores. Imobilizada por uma profunda crise bancária e pela existência de capacidade produtiva excedente em muitos setores, a economia japonesa vem resistido às políticas de estímulo ao crescimento. Os pacotes fiscais, que incluem aumento de gastos e corte de impostos, sempre amparados em taxas de juros muito baixas, chocam-se contra estado pessimista das expectativas,

vazando para o exterior, sob a forma de aquisições de ativos denominados em dólares. O yen está submetido, portanto, a pressões permanentes que o empurram para a desvalorização frente à moeda norte-americana. Os chamados capitais de curto-prazo contam, assim, nos Estados Unidos, com um mercado amplo e profundo que funciona como porto seguro nos momentos de grande instabilidade ou quando a confiança fraqueja em outros mercados. A existência de um volume respeitável de papéis do governo americano, reputados por seu baixo risco e excelente liquidez, tem permitido que a reversão dos episódios especulativos, com ações, imóveis ou ativos estrangeiros, seja amortecida por um movimento compensatório no preço dos títulos públicos americanos. O economista Robert Blecker mostra, num artigo de junho de 1998, que os fluxos líquidos de investimento em porta-fólio, destinados por estrangeiros ao mercado americano, cresceram quase dez vezes entre 1990 e 1997: passaram de US\$ 52 bilhões em 90 para US\$ 564,4 em 97. Se tomamos como referência os últimos dois anos, 95 e 97, o fluxo líquido de investimento de porta-fólio simplesmente dobrou. As aplicações de residentes no Japão e o crédito barato em yens vêm contribuindo com uma parte importante deste fluxo de capitais para os Estados Unidos. Os títulos da dívida pública americana são vistos como um refúgio nos momentos em que a confiança dos investidores globais é abalada. Isto significa que o fortalecimento da função de reserva universal de valor, exercida pelo dólar, decorre fundamentalmente das características já aludidas de seu mercado financeiro e do papel crucial desempenhado pelo Estado americano como prestamista e devedor de última instância. Apesar de sua aparente solidez, a polarização da confiança não um é sintoma de boa saúde do sistema monetário apoiado na força do dólar. Duas são as fraquezas maiores desse sistema: a primeira, sua reconhecida instabilidade; a segunda, a nem sempre sublinhada assimetria dos processos de ajustamento. A instabilidade das paridades cambiais tem sido recorrente. Estamos diante de um substancial aumento do déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Nestas circunstâncias, tanto o eventual “sucesso” do euro, a moeda única européia, quanto uma recuperação do Japão (acompanhada de uma inevitável subida dos juros cobrados nos empréstimos em yens) podem ressuscitar os riscos de uma forte desvalorização do dólar e de uma queda de muitos pontos na bolsa de Nova York.

A assimetria dos processos de ajustamento envolve, outra vez, a delicada situação dos países de moeda fraca e devedores. Deixando de lado a

crise asiática, mais recentemente essa posição desconfortável ficou explícita na declaração do ministro de Economia da Rússia, que afirmou: “jamais deixaremos de pagar os juros da dívida pública, para pagar salários atrasados”. Os salários de muitos trabalhadores russos, inclusive os dos militares, não são pagos há meses. Isto foi dito para aplacar a desconfiança dos investidores, domésticos e internacionais, quanto à possibilidade de um *default*, o que acarretaria, de cambulhada, uma forte desvalorização do rublo. A intervenção do FMI e dos países do G-7 fez a confiança retornar, pelo menos provisoriamente, depois da abertura de uma linha de crédito de mais de 20 bilhões de dólares. A liberação da primeira parcela de US\$ 6 bilhões ficou condicionada à aprovação pela Duma de uma drástica reforma fiscal, com aumento de impostos e corte de gastos que devem ser aplicados a uma economia debilitada por seis anos de quedas acentuadas do produto e da renda.

Uma Nova Ordem Capitalista? - O desaparecimento do socialismo, o final da Guerra Fria, o colapso das ditaduras militares na periferia, ao invés de uma nova ordem internacional, criaram, na verdade, as condições para uma reafirmação sem precedentes do poder econômico político e militar dos Estados Unidos. As velhas questões relativas ao convívio entre as nações soberanas reaparece sob uma forma muito peculiar, neste mundo em que o poder está praticamente concentrado em um só país. Ainda não estão claras as conseqüências desta expansão avassaladora do “americanismo” sobre sociedades que apresentam trajetórias históricas diferentes daquelas percorridas pelos Estados Unidos. Assistimos, de fato, à disseminação para o resto do mundo de um modelo político, econômico e cultural, o modelo americano.

Mas não se pode desconsiderar que a exasperação do poderio americano deu curso às transformações nos métodos de acumulação de riqueza e às metamorfoses da sociabilidade contemporânea. Essas transformações e estas metamorfoses significam um “retorno” à hegemonia das leis de funcionamento da economia mercantil-capitalista. As inegáveis vitórias da lógica do valor que se valoriza vêm fazendo recuar as tentativas do pós-guerra de domesticar a mercantilização universal e a concorrência sem quartel. Afinal, em sua essência - o Estado do Bem-Estar, através da aplicação política de critérios diretamente sociais, buscou encontrar soluções para o problema da satisfação das necessidades, contrariando as condições impostas pela troca generalizada de mercadorias.

Aí estão, operando, de novo, a todo o vapor, as tendências centrais do capitalismo, ou seja, da troca generalizada de mercadorias: de um lado, a elevação acelerada da produtividade do trabalho, através da redução do tempo de trabalho socialmente necessário; o aumento brutal das escalas de produção e a explosão de todas as modalidades de superpopulação relativa; de outro, é impossível desconhecer a inclinação permanente à sobre-acumulação, o que vem produzindo o acirramento da concorrência e, conseqüentemente, a queda das barreiras nacionais impostas à mobilidade do capital, sob suas várias formas. Mas, entre todas, é a forma financeira que estabelece a sua supremacia. Esta forma “superior” - porque a mais geral e abstrata de existência da riqueza - impulsiona a centralização do capital e o endurecimento do controle capitalista, o que induz inevitavelmente a novas ondas de internacionalização e ao recrudescimento da rivalidade entre os capitais. Estas são dimensões do que Itsvan Mezaros chamou “o Regime do Capital”, que promove continuamente a mercantilização e impõe seus desígnios, sobre todas as esferas da vida. Falamos inclusive daquelas, como a religião, e o tempo livre, que até bem pouco tempo atrás eram consideradas, por sua natureza, fora do alcance dos negócios e da lógica mercantil. Sob a força desta nova reestruturação capitalista é possível concluir que estamos observando, no imaginário social, à “reconstrução” de um tipo de sujeito, funcionalmente adequado às exigências de operação da máquina econômica. Trata-se do renascimento do *homo economicus*, aquela invenção triunfante da filosofia radical e da economia política do século XVIII, que postulavam o ser social reduzido às determinações da satisfação dos desejos através de uma razão viciada em adequar os meios aos fins.

A Economia Política buscava e busca apresentar esta sua construção, o *homo economicus*, como o ser racional e calculador que fundamenta a sociedade, definida como a agregação destes indivíduos atomizados. São leis naturais e, portanto, incontornáveis, as que induzem todo o indivíduo à troca e o submetem às normas da concorrência, ao julgamento impessoal do mercado, entendido como locus de coordenação e de conciliação dos egoísmos privados.

A história das sociedades deve chegar ao fim quando “a propensão natural para a troca” e para o comércio triunfar definitivamente sobre os artificialismos da política, entendida como invenção de instituições e mitos coletivos, empecilhos à ação racional dos indivíduos livres. Apresentados não só como as formas “naturais”, mas também superiores da sociabilidade, os

nexos monetários e mercantis aparecem como as condições para se alcançar simultaneamente a Liberdade, a Igualdade e a fruição da máxima Utilidade para todos. Essa naturalização das instituições sociais e humanas é o mais conhecido truque intelectual dos defensores puros e duros da superioridade do mercado sobre as outras formas de integração social. Na visão dos liberais de hoje e de sempre, os problemas da economia ou a eclosão das crises devem ser tributados às tentativas de interferir nas leis naturais que governam o mercado livre. Não é de espantar que, enquanto a direita toma a iniciativa das reformas, destinadas a demolir os obstáculos que ainda se opõem ao livre desenvolvimento das forças do mercado, a esquerda pareça condenada a defender as posições já conquistadas.

Na prática, o pensamento dominante tenta demonstrar que, com o fim da competição entre os dois sistemas, o capitalismo e o socialismo, não há outra alternativa para as sociedades, ricas ou pobres, senão a economia de mercado e a democracia representativa. Aliás, aos pobres e remediados do mundo, sejam eles países, classes sociais ou indivíduos, não restaria outra opção, senão a de trilhar o caminho dos bem-sucedidos.

A fórmula do mercado garante - diante das restrições de recursos e da tecnologia - os melhores resultados no que diz respeito à eficiente alocação de recursos escassos, tanto entre usos possíveis, quanto entre consumo presente e consumo futuro. Não bastasse isso, o mercado oferece o modelo ideal para que os indivíduos racionais possam escolher os seus governantes, submetendo-os periodicamente a julgamento.

Nas últimas décadas, o refrão do caminho único conseguiu aceitação tão completa que chega a colocar no ridículo os arroubos deterministas de certos seguidores de Marx.

Esta escatologia do Fim da História, tal como apanhada às pressas de alguma interpretação da filosofia da história de Hegel, é a glória mas também a miséria do novo pensamento das classes cosmopolitas e dominantes, que espalham a sua descoberta de Nova York a Jakarta, de Londres a Buenos Aires. Glória, porque, finalmente, foi possível arrebatar o estandarte do progressismo das mãos dos adversários de morte, que julgavam ter a sua posse definitiva. Miséria, porque a queda do “Império do Mal” não interrompeu, antes acelerou o avanço da barbárie. Sob muitas máscaras, ela ameaça os fundamentos da ordem burguesa, ao promover o fracionamento das sociedades, cada vez mais divididas entre os integrados e os excluídos, ao mesmo tempo em que fomenta a busca desesperada por formas de iden-

tificação “primárias”, religiosas, étnicas e “tribais”, mutuamente hostis e declaradamente inimigas dos valores republicanos. Ao solapar a autoridade do Estado, colocando em questão a sua legitimidade, a barbárie moderna faz também periclitar o monopólio da violência, abrindo caminho para a guerra de todos contra todos. Tais incômodos, para os novos panglossianos, são apenas sobrevivências de um conflito moribundo, que será inevitavelmente debelado pela força conciliadora do Espírito.

Nas **Teses sobre a História**, Walter Benjamin rebelava-se contra tais versões social-evolucionistas quando elas infestavam o pensamento de esquerda. Para Benjamin o historicismo, assim como as filosofias da história, pretendem congelar a imagem “eterna” do passado, enquanto o presente se transforma apenas num ponto de passagem para o futuro. O futuro pode ser projetado, como uma ponte que atravessa um tempo homogêneo e vazio: progresso está lá, irremediavelmente à espera de ser desvendado pela Razão.

Benjamin sustentava que o materialismo histórico, ao contrário, deve imaginar o presente como a apropriação das experiências passadas, na perspectiva de construção do futuro. O presente é, assim, o ponto de aglutinação entre o que foi conquistado no passado, pelas lutas sociais, e a inovação, ou seja, a contínua descoberta de novas possibilidades pela ação humana coletiva.

Não haverá descanso, nem fim, neste trabalho de derrubar as barreiras que se opõem à autonomia dos indivíduos. O alegado conservadorismo da esquerda pode ser entendido, assim, como uma reação à tentativa do neo-progressismo burguês de fazer a história retroceder, em nome do progresso, para os tempos da subordinação irremediável do destino das pessoas aos caprichos de uma suposta “lógica” férrea da economia. Não há dúvida de que só a radicalização da democracia é capaz de cumprir as promessas da modernidade e de resguardar o indivíduo e a sociedade dos dois perigos que a ameaçam: o controle político da vida privada e a subordinação do mundo da vida à lógica do dinheiro. Desde o colapso do socialismo real, os partidários da democracia radical têm sido mais hábeis em identificar os perigos oriundos da excessiva politização da sociedade (os abusos da burocracia, o corporativismo) do que em alertar sobre os riscos, muito menos óbvios, representados pelo caráter despótico das leis que regem a produção de “riqueza abstrata”. Enquanto discutiam e ainda discutem, a terceira via, a nova esquerda e outras coisas, as transformações na base econômica da sociedade ocorreram, como já foi mencionado acima, numa velocidade

estonteante, modificando radicalmente as perspectivas de vida de milhões de seres humanos.

Refugiam-se numa vertente vulgar da “ética discursiva”, cujas características maiores são a supressão das diferenças de poder real entre classes sociais e o desconhecimento completo de que nunca foi tão profundo o conflito entre a dinâmica econômica do capitalismo e as condições requeridas para a radicalização da convivência democrática.

Hoje mais do que nunca a crítica da sociedade existente não pode ser feita sem a crítica da economia política. ◆